



# Anais da Assembleia

Nº 172

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 1979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 164ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1979

#### SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Palácios e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Ofício:

Do Senhor NAGIB MOHALLEM FILHO, Diretor-Presidente da ABRAPEC - Associação Brasileira de Pesquisas Científicas, nos seguintes termos:

*Substituição Imediata do Petróleo por Hidrogênio e Metanol*, em todos processos estacionários de combustão, quaisquer dos combustíveis do Petróleo importado, podem ser substituídos imediatamente e até gratuitamente, pelo hidrogênio. Este gás tem poder energético *quatro vezes superior* à gasolina, óleo diesel, óleo combustível ou de *seis vezes* o Etanol ou Álcool Etílico. — Ciente. — Arquite-se.

#### Requerimento:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, sejam enviados ofícios aos Ex.ºs Srs. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES e DOS TRANSPORTES, reivindicando que durante a visita das referidas autoridades à Argentina, no próximo ano, sejam ajustadas as condições e respectiva assinatura de convênio objetivando a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na Foz do Iguaçu, entre os portos Iguaçu e Meira, na divisa entre os respectivos países.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A grande afluência e intercâmbio comercial existente entre essas duas Nações, e simultaneamente com o Paraguai, faz daquela área um fator de grande influência no equilíbrio da América Latina, destacadamente pelas inter-relações internacionais e comerciais, mas sobretudo na convivência harmônica e no desenvolvimento turístico.

As relações diplomáticas com os argentinos têm sofrido algum distanciamento ao menos psicológico, tendo em vista o ajuste e construção da Usina de Itaipu, além das razões subjetivas da construção da Ponte da Amizade, antecedendo a ponte ora reclamada.

Tanto a cidade de Puerto Iguazu, hoje com cerca de 20 mil habitantes, como Foz do Iguaçu, encontram-se em largo desenvolvimento, como resultante da movimentação econômica, hoje desenvolvida por argentinos, paraguaios e brasileiros, tanto no setor primário da agricultura, como ainda a possível implantação de um pólo industrial nas proximidades do Extremo Oeste.

Já se movimentam clubes de serviço e associações de classe, tanto de brasileiros como de argentinos, e os representantes políticos da região Oeste do Paraná estão sensíveis a tais reivindicações, além de desenvolverem nos parlamentos, o necessário desempenho para que seja construída, com brevidade, a referida ponte.

Trata-se de uma aspiração multinacional, ou ultra-nacional, que interessa de perto aos dois Países diretamente, e a vários outros de forma indireta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para encaminhar à Mesa um requerimento pedindo o apoio dos nobres Srs. Deputados, no sentido de encaminhar ofício ao Sr. Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes, relativamente à uma reivindicação antiga da área ligada a Puerto Iguazu à cidade de Foz do Iguaçu para construção de uma ponte similar a existente entre o Brasil e o Paraguai.

Já se articula, através de uma Comissão Mista, em Foz do Iguaçu, constituída já desde o início do ano e que pela mobilização empreendida, travou-se inclusive contatos com Presidentes dos dois Países e com os setores diplomáticos de ambos estes Países, no sentido de que se viabilize a construção dessa ponte.

Todos nós sabemos que é uma área de grande influência econômica, turística, comercial, de toda a América Latina, pelos atrativos existentes e pelos recursos naturais que convidam à afluência de todos os interessados, internacionalmente.

Por esta razão, é de se pedir, principalmente nesta Assembleia Legislativa, que a Presidência da República quando visitar a Argentina, entrose também um acordo com o Governo argentino, no sentido de equacionar o relacionamento entre estas duas Nações, sobretudo carreando para o Paraná grandes divisas que poderão ser captadas através de exportações do próprio Porto de Paranaguá ou nas relações intercontinentais com o Paraguai e também por força da própria usina de Itaipu, quebrando por outro lado o gelo existente entre estas duas Nações que deu diversas divergências no setor diplomático.

Por esta razão e tendo em vista o grande crescimento daquela área tanto no lado brasileiro como no Paraguai e também na Argentina, é de equacionar uma fórmula adequada para que estes Países ajustem medidas que possam trazer um benefício recíproco entre estas duas Nações. Daí o apelo que fazemos daqui com o requerimento endereçado aos Srs. Deputados para que seja enviado à Presidência da República, ao Ministério das Relações Exteriores e também dos Transportes, para viabilizar, entrosar, entender-se com o Governo argentino, no sentido de equacionar a construção dessa ponte.

Trata-se de uma ponte de caráter prioritário, tendo em vista as relações existentes entre estas duas Nações e também pelo grande número de brasileiros que hoje desenvolvem atividade econômica no lado argentino e que se encontram com grande dificuldade na transposição de um País para outro.

Além disto, Sr. Presidente, com a grande desvalorização da nossa moeda, é larga a faixa de atuação no mercado interno vendendo para os argentinos, o que se fazia inversamente no passado. Por esta razão, também se justifica o apelo que daqui fazemos, no sentido de que as autoridades de ambos os Países sejam sensibilizadas de acordo com a moção já existente daquela comissão mista entre os dois Países.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atentamente ouvimos as palavras do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino com referência à construção da ponte que ligará o Brasil à Argentina.

Este ano, já é a quarta vez que comparecemos à tribuna, três delas para reivindicar no mesmo sentido em que o Sr. Deputado acaba de fazer. Desta feita, para apoiar a reivindicação do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Antes porém, gostaríamos de informar de que a Comissão constituída, que reivindica a construção da ponte ligando o Brasil à Argentina, Comissão esta mista, entre brasileiros e argentinos, o Sr. Presidente daquela comissão, Sérgio Lobato Machado, já encontra-se convidado para compor a comitiva oficial de Sua Excelência o Presidente João Figueiredo, quando este irá comparecer à Argentina para uma visita ao Sr. Presidente daquele País, e diversas outras conversações comerciais entre ambos os Países.

O Presidente da Comissão já fora convidado, porque entre os assuntos a serem tratados entre Figueiredo e Videla, está a construção da referida ponte.

Essa ponte que não trará apenas mais benefícios turísticos, mas, acima de tudo, econômicos, porque hoje, se o Brasil era um grande importador através de turistas, de produtos da Nação argentina e da Nação paraguaia, hoje exatamente, é o inverso, os argentinos e paraguaios estão alimentando-se e comprando seus produtos na cidade de Foz do Iguaçu, a qual com muita honra, representamos neste Legislativo.

Mas, comparecemos apenas para endossar e para engrossar, acima de tudo, as reivindicações do Sr. Deputado, meu particular amigo, Fidelcino Tolentino, nesta reivindicação da construção da ponte, ligando o Brasil com a Argentina.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Consulto à Liderança do MDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 152/79), que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 13 (treze) cargos de Procurador da Justiça. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 182/79), que dispõe sobre o artigo 172, item V, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, (que trata da gratificação aos funcionários da Secretaria de Estado da Justiça). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 183/79), que dispõe sobre a Reestruturação do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e EMENDA SUBSTITUTIVA por maioria. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda n.º 2. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 3. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 4.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, por uma questão de coerência, quero dizer que não é intenção minha, e este posicionamento é da Comissão Executiva, espero estar falando em nome dela. A Comissão Executiva não tem nenhuma intenção de tolher, de impedir o acesso de um funcionário que hoje, aspire chegar a Assistente Técnico Legislativo A, B ou C. Quer dizer, aos atuais cargos de Secretário de Comissão.

A emenda ora em discussão, votada na sessão anterior, quer me parecer, não atinge o objetivo que ela prevê, porque pela nova lei, os atuais cargos de Secretário de Comissão passam a ser Assistente Legislativo.

Quero ressaltar aqui, o seguinte: o pessoal de nível superior, hoje, lotados no quadro atual, nos níveis 24 ao 30, serão transformados, pela proposição, em Assessores Técnicos Legislativos A, B, C e D.

Portanto, para chegar a Assistente Legislativo, o atual Secretário de Comissão, anteriormente a isso, terá, necessariamente, que passar a Assistente Técnico A, B e C.

Portanto, de meu entendimento, Sr. Presidente, "data venia", não vejo esta emenda de outra forma. Porque se não, ela não atinge seu objetivo. Meu posicionamento é contrário.

O nobre Deputado Erondy Silvério disse-me que a qualquer instante poderemos rever a matéria. Longe de mim qualquer prejuízo a qualquer funcionário desta Casa.

Portanto, é assunto que poderemos discutir. Mantenho a minha posição por entender isso: que a emenda não atinge seu objetivo e poderia ser altamente prejudicial à Proposição que se discute.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, ouvi atentamente o encaminhamento de votação feito pelo nobre Deputado Basílio Zanusso, 1.º Secretário da Casa, a quem compete efetivamente a gestão dos assuntos relativos ao funcionalismo da Casa.

Subscrevi a emenda, Sr. Presidente, por uma questão de justiça. Absolutamente, a questão não é questão de Bancada, subscrevi-a como Deputado, não há interesse nenhum do Governo na aprovação ou na rejeição da emenda, mas, foi uma questão de foro íntimo, Sr. Presidente. Porque é a tal "estória" que quem está, não quer deixar ninguém entrar. Isto, natural-

mente, foi o que comandou a elaboração dessa divisão de classes, porque o Secretário de Comissão sempre foi um cargo isolado dentro da Casa, e nós não podemos esquecer que existem aí 8, 10 funcionários que vêm exercendo o referido cargo há mais de 10 anos, com eficiência e eficiência eficientíssima, diga-se de passagem, e alguns não têm nível universitário, mas, nem por isto deixam de desempenhar as suas funções, com dignidade e, acima de tudo, com amor à causa pública. Testemunhei esse fato nas duas vezes que passei pela Comissão Executiva — os melhores auxiliares que eu tive, na Casa, eram exatamente aqueles que não possuíam o diploma de nível universitário; porque, o que acontece e não generalizo, é que o cidadão quando se aboleta num alto cargo aqui nesta Casa, às vezes, chega lá não por competência, não por merecimento, mas por favorecimento político, ele se acomoda nem aparece na Casa, isto é uma constante. Então, acho uma injustiça nós vedarmos a única possibilidade que têm os funcionários que há tantas e tantas anos vêm trabalhando aqui no Poder Legislativo, com eficiência, com brilhantismo, têm carregado piano, carregado a Casa nas costas. Faríamos justiça, exatamente votando esta emenda, a favor desta emenda, que está aí, para a Casa apreciar. Repito mais uma vez, não existe questão fechada; para mim não existem nem vencedores e nem vencidos na apreciação desta emenda, porque ela é uma questão de justiça. Tenho minhas dúvidas se a aprovação desta emenda vedará o acesso a alguém nesta Casa, porque o brasileiro sempre “dá o jeitinho nas coisas”, isto já é proverbial em nosso País, de o brasileiro sempre “dar o jeitinho”. Hoje pela manhã, uma das argumentações contra a emenda foi que, os mais altos cargos desta Casa deveriam pertencer às pessoas de nível universitário; claro, é evidente, eu também concordo, mas, nós queremos apenas abrir uma oportunidade a todos, com a aprovação desta emenda, sem a exigência do nível universitário, porque, na realidade, as promoções nesta Casa nunca se fizeram de acordo com o Estatuto do Funcionário Público. Agora, se se fizesse um estudo geral, uma reestruturação geral incluindo-se, por exemplo, esta obrigatoriedade de as promoções serem feitas classe a classe, na vertical, constituindo-se, as promoções, também, horizontais e, após atingir a última promoção horizontal, passar para a imediata, na vertical, sem nenhum protecionismo, por critério de merecimento e antiguidade, tudo bem, seria inocua então e até injusta esta emenda que a Casa aprovou pela manhã, mas como a Mensagem Governamental não determina isto e a Comissão Executiva não pode provar que determina que as promoções se façam na vertical, grau a grau, nível a nível, por merecimento e por antiguidade, então, é justo que se dê uma oportunidade a esses funcionários que aspiram chegar ao topo de uma carreira, que já não têm mais condições de freqüentar os bancos das Faculdades porque, hoje, se não se fizer curso em Pouso Alegre, aqui não é possível; são 24.000 inscritos para 3.500 vagas, se não se comprar o diploma em Pouso Alegre ou em Sorocaba ou em Joinville, não é possível o nível universitário. Agora, a questão é aberta, Sr. Presidente, eu votarei favoravelmente à emenda com a consciência tranqüila, quero repetir, mas, não é questão fechada de bancada.

Isso que eu quero deixar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Fideicino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente. É estranho que se lute tanto tempo nesta Assembléia Legislativa para se fazer reestruturação do Quadro.

A minha posição pessoal, tem sido externada publicamente, e aqui quando subi à tribuna, para reivindicar, para me posicionar, referentemente a uma alteração dos quadros de níveis universitários, e também a todos os funcionários desta Casa, possibilitando um quadro perfeitamente viável, para aces-

so e para ascensão a cargos mais elevados, não era outra a insinuação, que não a de propiciar um melhor nível de vida a todo o funcionalismo.

E não falava só do funcionário da Assembléia Legislativa que tem sempre sido preterido por mensagens governamentais e até porque não dizer, de Comissões Executivas anteriores. A preocupação acudiu a essa Comissão Executiva e o esforço desempenhado para dar um escalonamento, uma ascensão funcional adequada, justa, baseada nos parâmetros mais justos possíveis, e dentro da maior coerência. Agora, não dá para entender, Sr. Presidente, porque que em votação de Estatutos de Magistério, nesta Casa, muitos Srs. Deputados, preteriram e têm sempre preterido as aspirações de quantos milhares de professores que vivem no Estado do Paraná, com diploma, marginalizados do seu estatuto legal, e não vejo razão para discriminação só porque nós estamos ao lado dos homens que servem ao Poder Legislativo.

A regra jurídica tem que ser global, geral, Sr. Presidente, e não excepcional, como nós vivemos neste País, de longos e largos anos, quinze anos, e não é possível também se argumentar que as Universidades não têm possibilidades de alojar tantos candidatos a nível superior. E aí está uma grande contradição de todo o bloco do Governo, a nível municipal, estadual e federal, sem qualquer exceção. Porque quando se vai dizer que o ensino no País, é calamitoso, que o ensino no País não satisfaz às exigências da juventude atual.

Nós somos freqüentemente contestados, mas agora Sua Excelência, o Líder do Governo, vem reconhecer que mais de 24 mil pessoas, acorrem aos vestibulares e não conseguem vagas, e vão por isso fazer cursos, comprados em outras localidades. Mas isso é uma estrutura do Estado vigente; é uma estrutura do centralismo do Governo, dos ouvidos mocos daqueles que governam, e não é por esta razão que vamos sair da coerência e votar em projetos que vêm alterar toda a substância da ascensão lógica nos cargos e níveis do Quadro da Assembléia Legislativa, ou de qualquer outro Poder. E não poderemos de forma nenhuma, Sr. Presidente, sem comprometimento de toda a estrutura que se quer chegar aos poucos. Não é nesta única vez, porque já disse da tribuna, e reafirmo, o que se está fazendo na Assembléia Legislativa no meu fraco entender, não é reestruturação, é apenas uma melhoria de vencimentos para acompanhar este insuportável nível inflacionário.

E o que se faz aqui, é melhorar algumas categorias, porque as taquígrafas que estão reclamando com justíssima razão, ficaram marginalizadas. E o esforço que se fez para dar uma melhor possibilidade no seu enquadramento, não foi possível. Por uma questão de coerência, Sr. Presidente, votarei contra, por causa da inoportunidade, por causa do espírito de todo o projeto, de toda construção deste projeto de lei encaminhado pelo esforço da Comissão Executiva e que muitas divergências trouxe e até frustrações. Declaro aqui a minha frustração, porque isto não é consagrar o funcionalismo público estadual lotado na Assembléia Legislativa.

Não é de operações cirúrgicas de última hora que vamos resolver o problema de alguns que pretendem fazer uma ascensão na base de última hora. Penso que a reivindicação de ascensão funcional seja justa, mas não nas caladas de votações, como se está procurando fazer neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Para encaminhar). Sr. Presidente, não pretendia falar no encaminhamento desta votação. Mas depois das ponderações feitas pelo eminente Deputado Erondy Silvério, não poderia deixar de encaminhar a votação sobre esta emenda.

Sr. Presidente, fala-se muito em fazer justiça nesta Casa, porque não apresentar uma emenda aproveitando o funcionário,

aquele que está nas comissões há mais de cinco anos, dez anos e garantir para ele uma posição?

Não vejo, com esta emenda, nenhuma intenção de beneficiar o funcionário que está prestando serviço, mas sim, de abrir um leque de opção, para que aquele mais apadrinhado possa ser promovido.

Falou-se também, sobre o curso universitário, aqueles de nível universitário que é tão difícil, a não ser que compre em Pouso Alegre. Sr. Presidente, sou formado na Faculdade de Pouso Alegre, foi lá que estudei fazendo curso colegial, quatro anos interno em um colégio. Fiz o segundo grau, conclui o curso de contabilidade, exerci a profissão por vários anos e depois, na qualidade de Serventuário da Justiça, julguei por bem fazer o curso de Direito ...

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência é uma exceção em Pouso Alegre.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — ... não com a intenção de exercer a profissão, mas conheço muitos daqueles que fizeram o curso. Eu mesmo, se pretendesse exercer. Temos em Curitiba, inclusive companheiro nosso, um dos quais já esteve nesta Casa e que hoje está no Tribunal de Justiça, que foi um Secretário de Estado, que fez um curso de fim de semana. Porque não é o fato de ser Pouso Alegre, é a concentração de aulas quinta, sexta, sábado. Mas nós que fizemos este curso sabemos quanto sacrifício, viajando daqui a São Paulo, tomando carro para pegar aula, na quinta, na sexta, no sábado até meio-dia, chegando duas, três horas da manhã.

Foi assim, que fizemos o curso. Não foi comprado o diploma. Esses cursos existem, não só em Pouso Alegre, como em muitos outros lugares. Aqui em Curitiba mesmo, posso provar, existe a facilidade para que as faltas sejam abonadas. Acredito que todo aquele universitário que frequenta e que procura estudar e levar com seriedade o curso que está fazendo, terá bom aproveitamento. Mas aquele que não leva com seriedade, seja em qual faculdade, não terá bom resultado.

Mas, Sr. Presidente, votando com a minha consciência, julgo que esta emenda não virá trazer benefício ao funcionário que está prestando serviço nas Comissões. Então, vamos aproveitar aquele que tem o tempo de serviço. Ou é preciso que se dê valor aqueles que procuraram aperfeiçoar. Por este motivo vou votar, já que estamos liberados, contra a emenda. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — Em votação.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO (Questão de ordem)**. — Gostaria,

Sr. Presidente, que as notas taquigráficas e os Anais registrassem que eu, em absoluto, pretendi diminuir o brilhantismo com que se ouve sempre nesta Casa o nobre Deputado Gilberto Carvalho. Nós reconhecemos em Sua Excelência um excelente advogado. Ele se constitui realmente numa exceção para aquela Academia, aquela Faculdade lá de Pouso Alegre. Acredito que realmente Sua Excelência fez com amor, mas eu conheço muita gente lá que escreve "peço" com dois "s", Sr. Presidente. Conheço muito bacharel de Pouso Alegre e aqui nesta Casa tem, que escreve peço com dois "ss".

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. -- Em votação a emenda.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Senhor Presidente, quero colocar a minha posição individual, porque também a questão evidentemente é aberta.

Mas, Sr. Presidente, está se procurando nesse plano de lei, a fixação de algumas regras para nortearem e disciplinarem o funcionamento da Casa e principalmente, o critério de promoção de acesso de provimento nos cargos administrativos da Assembléia Legislativa.

Ora, Sr. Presidente, a lei não pode ferir o direito adqui-

rido. Isso é um princípio constitucional. Por isso, Sr. Presidente, todos aqueles que exercem o cargo de Secretário de Comissão e que foram promovidos nesse cargo, através de Decretos Legislativos, como é a praxe e como é a norma na Casa, acredito, Sr. Presidente, que em recorrendo ao Poder Judiciário, terão resguardado o direito que adquiriram no curso do tempo nesta Casa; mas, Sr. Presidente, se é de se reconhecer esse direito, da forma como a emenda está redigida, ela vai muito além, porque ela pretende abrir uma exceção à regra geral do provimento de cargos exclusivos da área de nível universitário.

Então, Sr. Presidente, não vejo como votar favorável à emenda, mas também fico na dúvida de que a Comissão Executiva não tenha um basilarmento ou uma orientação segura para quando tiver, através de Decreto Legislativo, de implantar a Lei que hoje se vota e que será sancionada pelo Sr. Governador, não tem a Comissão Executiva, digamos assim, um critério para se orientar nesses casos, muito embora ela possa, na regra geral, entender de que os que têm o direito adquirido, devam ser preservados. Então, seria desnecessária a votação da emenda porque é o que ela, me parece, objetiva, muito embora a sua redação permita que se tirem outras conclusões e que se possam ter outros procedimentos.

Então, Sr. Presidente, já pelas conversações anteriores, e pelo acordo comum fixado de que a Comissão Executiva nomearia ainda neste período legislativo, uma comissão composta pelos Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Gabriel Manoel, indicados pela Liderança do Governo, Deni Schwartz e Antônio Facci, indicados pela Oposição, essa Comissão a apresentar relatório à Comissão Executiva em março, para que coincida quando da implantação na Casa e na regulamentação efetiva através de decreto legislativo, de todos esses casos que constituem exceção à regra geral, mas que devem ser exceções, realmente, implantados, porque são, na maioria dos casos, casos de direito adquirido. Parece-me de bom alvitre que se deixasse essa matéria para ser apreciada pela Comissão que, criteriosamente analisaria caso por caso a fim de que a nossa votação, em absoluto, não passasse por cima daqueles que já têm o direito adquirido.

Por isso Sr. Presidente, voto contrariamente a essa emenda, mas faço nesta oportunidade um requerimento e uma exortação à Mesa para que neste período legislativo já designe e nomeie esta Comissão com esta finalidade principal e primordial de ver todas as exceções. Que esta Comissão ouça todos os funcionários que de uma maneira ou de outra não tiveram as suas pretensões atendidas, para que esta Comissão, num relatório honesto, levantando caso por caso, porque estando informados os senhores funcionários de que existe essa Comissão para verificar os casos que não foram atendidos, poder-se-á estabelecer critérios, a fim de que, na reestruturação da Casa, não fiquem os funcionários relegados ao esquecimento. Esse é o meu entendimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — Em votação a emenda.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Senhor Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Senhor Presidente, sei que esta matéria está trazendo muitos debates à Casa, porque esta é uma Casa política e há interesses conflitantes na apreciação da matéria, mas, pessoalmente, sinto-me nos termos do Regimento Interno, impedido de votar nesta matéria, porque sou funcionário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aliás, com muito orgulho para mim e, portanto, peço a Vossa Excelência que não considere o meu voto na apreciação do projeto de reestruturação da Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado.

Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Senhor Presidente, conforme o enunciado pelo Deputado arenista, Luiz Alberto de Oliveira, devo me considerar impedido também de votar esse plano de lei que reestrutura o Quadro da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere. Em votação a emenda. Os Senhores Deputados que forem favoráveis queiram levantar-se. — Rejeitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Procederá a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda n.º 4, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa)

A Mesa suspende a sessão por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está reaberta a presente sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, tendo em vista, compromisso assumido pelo Sr. Primeiro Secretário da Casa, na presença de Vossa Excelência, Presidente do Poder Legislativo, de que a Comissão encarregada de reestudar o problema do funcionalismo na Casa, para apresentar sugestões em março, se comprometeria a analisar o problema desses funcionários que estão desviados de suas funções, que não possuem nível universitário, mas que efetivamente são os carregadores de piano do Poder Legislativo.

Nestas condições, os Srs. Deputados subscritores e votantes da emenda, abrem um crédito de confiança à Comissão Executiva, e procedem a retirada da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 177/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que nega prosseguimento ao trâmite da Ação Penal n.º 2/76, de Curitiba — 3.ª Vara, em que é autora a Justiça Pública e réus Trajano Bastos, Deputado Estadual, e outros. Parecer da C.C.J., considerando a matéria em condições de ser apreciada pelo Plenário. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministros das Relações Exteriores e dos Transportes, reivindicando a construção da ponte ligando Brasil-Argentina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto pelas desagradáveis manifestações de que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República. — **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem). — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

19 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, sábado, dia 22, às 9:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 192/79, 206/79, 208/79, 199/79, 200/79 e do Projeto de Resolução n.º 177/79. Levanta-se a sessão.